

## Fatores Determinantes da Gestão do Programa Bolsa Família: Estudo do Índice de Gestão Descentralizada em Minas Gerais

**Autoria:** Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro, Marco Aurélio Marques Ferreira

### Resumo

Este estudo analisa os fatores que determinam a eficiência e a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. O trabalho toma como referência o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado pelo Governo Federal no intuito de regulamentar, normatizar e incentivar a eficiência e qualidade na gestão do Programa Bolsa Família, em nível municipal. As abordagens teóricas utilizadas basearam-se na execução e descentralização de políticas públicas para a contextualização do Programa Bolsa Família na região de estudo. O trabalho segue uma abordagem quanti-quali em que foram utilizadas diferentes técnicas estatísticas, além da análise de documentos e relatórios institucionais. Dentre os principais resultados encontrados, destacam-se a existência de municípios com baixos escores nos itens que compõe o IGD e alta variação entre as mesorregiões estudadas. Esses fatos demonstram deficiências em diversos aspectos tais como, geração de informações do CadÚnico e gestão das condicionalidades “saúde” e “educação”. Esses fatores expõem a fragilidade da gestão pública social municipal e comprometem a eficiência do programa. O aumento da população e das famílias beneficiadas, também influenciam de forma negativa a gestão do programa, uma vez que municípios maiores apresentam menores escores de IGD.

### 1. Introdução

Este estudo teve como objetivo verificar a eficiência e qualidade da gestão pública do Programa Bolsa Família em Minas Gerais, bem como descrever sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e diminuição da desigualdade social.

O Programa Bolsa Família (PBF), enquanto programa de transferência de renda, foi instituído no ano de 2003, unificando os programas existentes na época, sendo eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação. Além de transferir recursos diretamente aos beneficiários, visando o alívio da pobreza, o programa tem como proposta institucional à promoção do acesso aos serviços básicos de educação e saúde para as famílias beneficiadas, por meio das “condicionalidades”, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza (MDS, 2007).

Em 2006, com o intuito de mensurar os resultados de gestão e apoiar os municípios nas atividades do programa, o Governo Federal regulamentou apoio financeiro aos municípios para a gestão do Programa Bolsa Família. O apoio financeiro transferido mensalmente é baseado no desempenho de cada município na gestão do Programa Bolsa Família dessa forma municípios que alcançarem os melhores resultados na gestão do Programa receberão mais recursos.

A avaliação do resultado da gestão do Programa Bolsa Família, é realizada pelo acompanhamento do CadÚnico e das Condicionalidades, já que estas estão diretamente atreladas a eficiência e a qualidade do programa e possuem parâmetros para avaliar a gestão deste.

Nessa direção, visando mensurar o desempenho das administrações municipais no cumprimento das metas institucionais regulamentadores do programa, foi criado o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD).

O IGD é um índice de eficiência da gestão que combina, a integridade, a qualidade e a atualização das informações constantes no CadÚnico<sup>1</sup> e informações sobre os cumprimentos das condicionalidades da área de educação e de saúde (Bolsa Família Informa, 2008a). Em dezembro de 2006, 5.346 municípios receberam recursos financeiros do MDS baseados no

IGD e o montante de recursos transferido durante todo o ano foi de R\$ 161.360.379,60 (MDS, 2007).

Uma das questões mais discutidas, no contexto econômico e social brasileiro, é relativa à alocação dos recursos em programas sociais (CHIECHELSKI, 2005). E esse estudo se torna relevante, principalmente em um momento em que se discute, no cenário nacional, a equidade, a transparência e a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Dessa forma o estudo e a avaliação da gestão de políticas públicas existentes podem proporcionar informações e interpretações mais adequadas para instrumentalizar o processo de planejamento, permitindo escolher as melhores opções dentre os programas e projetos a serem implantados ou propiciar avaliar os efeitos produzidos pelos que estão em andamento ou concluídos.

A gestão do Programa Bolsa Família é realizada pelo secretário da área onde está localizado o Programa (assistência social, educação, saúde, planejamento, dentre outros). Desse modo, o gestor municipal do Programa Bolsa Família assume a interação política entre a prefeitura, o Governo Estadual e o Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a implementação do Programa e do Cadastro Único.

Por isso, o Gestor deve ter poder de decisão, de mobilização de outras instituições e de articulação e coordenação, entre as áreas de assistência social, educação e saúde, pois estas estão envolvidas na operação do Programa Bolsa família e garantem o acompanhamento dos beneficiários e a verificação das condicionalidades exigidas para a participação no programa (BOLSA FAMÍLIA INFORMA, 2008b).

Portanto, as questões às quais se pretende responder neste estudo são: a) quais os fatores que determinam a eficiência e qualidade da gestão do Programa Bolsa Família? b) Existe relação direta entre tamanho dos municípios, quantidade de famílias beneficiadas e gestão de programas de transferência de renda e combate à pobreza?

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1. Execução de Políticas Públicas**

São diversas as definições de políticas públicas e embora o campo da política pública seja amplo, abrangendo diversos atores sociais como indivíduos, instituições, interações, ideologias e grupos de interesses, neste estudo, ela será tratada como um conjunto de programas ou objetivos que tem o Governo em determinada área, com consequência de fatos e decisões que implicam certa evolução ou modificação da realidade (CASTANHAR, 2006).

Dentre os esforços atuais de mudança da realidade socioeconômica do País tem se destacado os programas de transferência de renda. Esta política foi introduzida no Brasil a partir dos anos 90, e abrange vários aspectos da Administração Pública como econômicos, sociais, assistenciais e educacionais.

Por mencionar aspectos da concentração de renda e pobreza, sendo este um grande desafio para as políticas públicas e o desenvolvimento do país, o seu estudo e análise permite desenvolver elementos que ajudam a compreender e avaliar a disseminação de outras políticas.

Dessa forma Silva e Melo (2000) propõem que o monitoramento e a avaliação das políticas públicas sejam considerados instrumentos que permitam à constante reformulação, sujeitos à corroboração ou ao abandono. Principalmente pelo fato de que as políticas públicas são implementadas fundamentalmente através de redes de agentes públicos e de um campo interorganizacional.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de conhecer o resultado da gestão de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, principalmente no Brasil em que as desigualdades visualizadas vislumbram por um Estado ativo, promotor da

justiça social. A escassez clama por esforços de otimização, o quadro global competitivo requer um Estado regulador e uma gestão econômica consistente que tem o cidadão como o foco da ação pública (MPOG, 2003).

Dessa forma, o desempenho da organização pública, é aceitável ou satisfatório, quando por meio da utilização correta dos recursos, os objetivos estabelecidos no desenho da política pública são atingidos e as necessidades dos cidadãos são supridas. Isso porque cabe ao governo o provimento de políticas públicas (SOUZA 2006).

Esses fatores requerem redefinição de estratégias e capacidade do poder público em formular e implementar políticas públicas de forma eficiente, transparente, participativa e de qualidade, parâmetros fundamentais para a avaliação de políticas públicas.

A avaliação que pretende se realizar neste estudo é assentada no processo, conforme proposto por Castioni (1999), Monteiro (2002) e Santos e Santos (2007), e especificamente no processo de gestão, e não propriamente nos impactos dessa política para a sociedade, embora possa se fazer reflexões a cerca deste. Portanto o foco reside na eficiência com que o programa é conduzido em vista dos resultados esperados.

O aprimoramento, o monitoramento e a avaliação de programas, contemplando a avaliação dos processos e da eficiência das ações, apontam caminhos e soluções, além de ser realizada com o intuito de fundamentar a tomada de decisão (MONTEIRO, 2002).

Portanto, a avaliação de políticas e programas tornou-se compromisso tanto quanto desafio e a demanda por avaliação tem impelido os governos nos níveis nacional e sub-nacional a constituir rotinas e estruturas especializadas (SANTOS e SANTOS, 2007)

De tal modo que acompanhar a implementação de programas sociais como o Programa Bolsa Família num país como o Brasil é um grande compromisso e desafio, principalmente porque os militantes dessa área possuem o entendimento que esses programas demandam estrutura burocrática mínima, que associe transparência de gastos públicos aos resultados socioeconômicos de sua implantação.

Portanto avaliação dos processos e da eficiência das ações, são medidas para se avaliar a gestão do Programa Bolsa Família, já que quase sempre os recursos são limitados ou escassos e de acordo com Souza (2006), analisar políticas públicas significa, muitas vezes, estudar o “governo em ação”.

Assim, a avaliação da gestão do programa Bolsa Família, é realizada pelo acompanhamento do CadÚnico e das Condicionais, já que estas estão diretamente atreladas a eficiência e a qualidade do programa e possuem parâmetros para avaliar a gestão do Programa Bolsa Família .

## **2.2. Descentralização de Políticas Públicas**

A busca de alternativas para a modernização da gestão pública tem sido, altamente, influenciada pelas idéias de participação e descentralização devido à necessidade de repassar deveres e obrigações dos níveis superiores de governo para os níveis inferiores (SOUZA, 2007).

O fenômeno da descentralização tem sido verificado no Brasil desde o final dos anos 70, quando teve início à crise do Estado e da burocracia, e início dos anos 80, com uma grande revolução na administração pública dos países centrais em direção a uma administração pública gerencial. No Brasil se formaliza e consagra principalmente com a Constituição Federal de 1988 em que a descentralização redefiniu os papéis não só do Governo Federal, como Estadual e Municipal.

Dessa forma, com a proposta da descentralização político-administrativa coube a coordenação e as normas gerais à esfera federal, e a participação da população na formulação de políticas e controle das ações em todos os níveis (ARNS, 2005).

O processo de descentralização tem sido conhecido como uma das formas para melhorar a eficiência alocativa do setor público, pois aproxima a gestão pública dos cidadãos, concorrendo para o incremento da democracia, da cidadania, da responsabilidade social, do atendimento às necessidades da população, bem como contribui para introduzir concorrência na provisão de serviços públicos locais, com significativo impacto sobre a gestão pública (SOUZA, 2007).

Assim, o que se observa é uma redistribuição das responsabilidades referentes às ações e serviços entre vários níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), resultado de uma redefinição das atribuições e com reforço do poder municipal (municipalização), aumentando assim as tarefas dos municípios em várias áreas como a saúde e a educação. A municipalização permitiu a cada município, conhecer seus problemas e agir de acordo com as suas necessidades, se responsabilizam pela gestão dos serviços básicos.

Segundo Ortiz (2007), são diversas as razões para a descentralização: a dimensão continental do país, as diferenças regionais e uma enorme quantidade de municípios existentes, mais de 5.500, dos quais a maioria de pequeno porte. Giambiagi e Além (2000), reforçando essa vertente, demonstra que a descentralização é justificada por diferentes razões, sendo eles fatores econômicos, culturais, políticos e institucionais e geográficos. Assim, a descentralização depende de características específicas de cada país e regiões.

Nesse sentido, no tocante aos programas sociais do Governo Federal, a implementação descentralizada dos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) pressupõe sua articulação ou mesmo integração, ao nível da família, da comunidade e do território. Isso significa que a gestão e a operacionalização dos programas dependem da coordenação não só entre setores dentro de um nível de governo, mas entre seus vários níveis governamentais – União, Estados e Municípios (SOUZA, 2006).

Desde de a criação do Programa Bolsa Família em 2003 até o ano de 2005, sua gestão era realizada pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). A partir de 2005, o MDS promoveu a descentralização da Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família, permitindo aos gestores municipais do programa administrar, em seu próprio município, a transferência de renda às famílias beneficiadas pelo programa.

Com essa ação os municípios ganharam maiores responsabilidades, assim como passaram a lograr de recursos humanos técnicos e qualificados, para o novo esboço de atividades na gestão do programa.

Assim, o Gestor Municipal do Programa Bolsa Família tem como principais funções: assumir a interlocução política entre a prefeitura, o MDS e o estado para a implementação do Bolsa Família e do Cadastro Único; coordenar a relação entre as secretarias de assistência social, educação e saúde para o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família e a verificação das condicionalidades; coordenar a execução dos recursos transferidos pelo governo federal para o Programa Bolsa Família nos municípios; coordenar a interlocução com outras secretarias e órgãos vinculados ao próprio governo Municipal, Estadual e Federal e, ainda, com entidades não governamentais (Bolsa Família Informa, 2008b).

Com a transferência da administração para os gestores municipais, ocorreu o processo de descentralização das decisões e da delegação das funções, criando, portanto o IGD, que mede a eficiência e qualidade dessa gestão.

### **3. Metodologia**

Esta seção está dividida em 4 partes, sendo a primeira fonte de dados, amostra e área de estudo, a segunda a métodos de pesquisa utilizados, a terceira a composição do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e a quarta a análise do IGD.

Foi realizada uma Análise Exploratória de Dados (AED), visando compreender, descrever e resumir o comportamento do conjunto de dados com o objetivo de conhecer suas características importantes. Para estabelecer associações entre eventos e verificar a intensidade da relação entre as variáveis foi realizado o cálculo do coeficiente de correlação linear – Correlação de Pearson.

### 3.1. Fonte de dados, amostra e área de estudo

O estudo foi constituído baseado em dados secundários por meio de informações e publicações do Governo Federal/Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Programa Bolsa Família/IGD e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A amostra foi composta por 296 municípios de diferentes mesorregiões mineiras que foram selecionadas aleatoriamente.

Para fins de classificação, a pesquisa considerou os municípios por porte de acordo com o MDS. Os de pequeno porte são aqueles com população de até 20.000 habitantes, os municípios de médio porte são aqueles com população entre 20.001 e 100.000 e os municípios de grande porte aqueles com população maior que 100.001 habitantes. De acordo com os dados agrupados abaixo, todas as mesorregiões mineiras estão representados na pesquisa, assim como municípios de diferentes portes (Tabela 1).

Tabela 1 – Participação dos municípios no estudo segundo a mesorregião geográfica e o porte.

Mesorregião		Freq.	(%)	Portes Populacionais		Freq.	(%)
1	Campo das Vertentes	11	3,7	1	Até 20.000 Hab. (Pequeno)	240	81,1
2	Central Mineira	11	3,7	2	20.001 a 100.000 Hab. (Médio)	51	17,2
3	Jequitinhonha	20	6,8	3	Maior que 100.001 Hab. (Grande)	5	1,7
4	Metropolitana de Belo Horizonte	37	12,5	Total		296	100,0
5	Noroeste de Minas	7	2,4				
6	Norte de Minas	40	13,5				
7	Oeste de Minas	15	5,1				
8	Sul e Sudoeste de Minas	55	18,6				
9	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	24	8,1				
10	Vale do Mucuri	9	3,0				
11	Vale do Rio Doce	23	7,8				
12	Zona da Mata	44	14,9				
	Total	296	100,0				

Fonte: Resultados da pesquisa.

As regiões mais representadas no estudo foram: Sul e Sudoeste de Minas (18,6%), Zona da Mata (14,9%), Norte de Minas (13,5%) e Metropolitana de Belo Horizonte (12,5%), sendo estas também as mesorregiões que mais possuem municípios do estado. Por outro lado, as regiões menos representadas também são aquelas que possuem menos municípios nas regiões, sendo elas, Noroeste de Minas (2,4%), Vale do Mucuri (3%), Central Mineira (3,7%) e Campo das Vertentes (3,7%).

A escolha de Minas Gerais se justifica por ser o estado que mais se destaca pelas disparidades regionais. Coexistem em mesmo escopo territorial, regiões dinâmicas e modernas em contraste com regiões atrasadas e estagnadas. Vale destacar também que Minas Gerais é o maior estado da região sudeste, quarto do país em área, segundo em população, possui a terceira economia do país, ficando abaixo de São Paulo e Rio de Janeiro. Possui uma área de 586.528,2936 Km<sup>2</sup>, 19 milhões habitantes que se distribuem em 853 municípios, em



2003 o PIB foi de R\$ 114.544.822 e PIB per capita de R\$ 7.790,00 (IBGE, 2006). Os municípios mineiros são 51,2% dos existentes na região Sudeste e 15,5% dos existentes no Brasil.

O Estado de Minas Gerais recebe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por ano, R\$ 2,36 bilhões para execução de programas sociais. As ações nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar beneficiam 6,9 milhões de pessoas. O Bolsa Família transferiu por mês em 2007, R\$ 75,5 milhões para 1,1 milhão de famílias mineiras (MDS, 2008b).

### 3.2. Métodos de Pesquisa

As variáveis utilizadas pelo estudo foram: População, Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R\$), Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R\$), Total Famílias Beneficiadas Pelos Programas, Índice de Validade dos Cadastros, Índice Atualização de Cadastro, Índice de Condicionalidade de Educação, Índice de Condicionalidade de Saúde e Índice de Gestão Descentralizada do Mês (IGD).

As variáveis foram escolhidas com base na composição do IGD, bem como nas informações que o Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Bolsa Família Informa e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuíam sobre o Programa Bolsa Família e os municípios do Estado de Minas Gerais.

Os dados foram operacionalizados utilizando-se o programa “*Statistic Package for Social Science*” (SPSS) 15.0, e, posteriormente analisados de forma quantitativa e qualitativa.

### 3.3. Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

O IGD tem como propósito mensurar a eficiência e qualidade e da gestão do Programa Bolsa Família. É um índice sintético, criado por meio da Portaria GM/MDS nº148, de 2006, que tem como contrapartida governamental o apoio financeiro aos municípios do Programa Bolsa Família, em razão do desempenho destes. O índice é composto pela média aritmética do Indicador do CadÚnico e do Indicador de condicionalidades, conforme destacado na Equação 1 (MDS/Senarc, 2007).

$$IGD = \frac{(ICadastroÚnico + ICondicionalidades)}{2} \quad (1)$$

em que:

IGD : Índice de Gestão Descentralizada

Indicador do CadÚnico: média entre a taxa de validação de cadastros e a taxa de atualização cadastral.

Indicador de Condicionalidades: média entre a taxa de crianças com informações de frequência escolar e a taxa de famílias com acompanhamento da agenda de saúde.

Para receber os recursos financeiros do IGD, o município deve cumprir três condições: Ter aderido ao Programa Bolsa Família, nos termos da Portaria GM/MDS nº 246/05; ser habilitado na gestão da Assistência Social; e atingir pelo menos 0,4 no valor do IGD.

Os recursos transferidos no mês para apoio à gestão resulta da multiplicação do IGD do município (calculado segundo as quatro variáveis anteriormente apresentadas) pelo valor de referência de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) e, desse produto, pelo número de beneficiários do Bolsa Família no município. Isso significa que os municípios com IGD igual a “1” recebem R\$ 2,50 por família beneficiária, a cada mês. Além disso, o valor é calculado

em dobro para até 200 famílias em cada município, de forma a favorecer os pequenos municípios. Os valores transferidos serão calculados, portanto, de acordo com a seguinte equação:

$$\text{Repasse mensal} = [\text{IGD} \times \text{R\$ } 2,50 \times 200 \times 2] + [\text{IGD} \times \text{R\$ } 2,50 \times (\text{n}^\circ \text{ de famílias} - 200)]$$

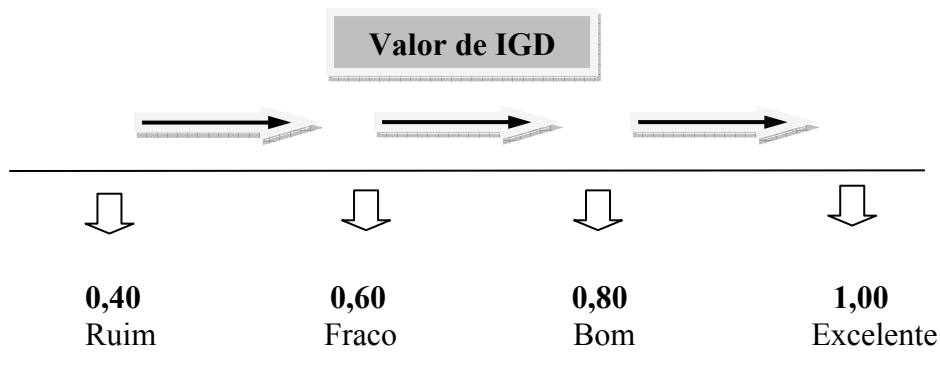
Ressalta-se quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido para o município. Por meio da construção do IGD, o MDS incentiva o aprimoramento da qualidade da gestão do Programa Bolsa Família em nível local, e contribuir para que os municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade (Bolsa Família Informa, 2008e).

De acordo com a Portaria nº 148, artigo 2º, os recursos transferidos devem ser utilizados nas seguintes atividades: gestão de condicionalidades; gestão de benefícios; acompanhamento das famílias beneficiárias; cadastramento de novas famílias, atualização e revisão dos dados contidos no CadÚnico; atendimento às demandas relacionadas à fiscalização do Programa Bolsa Família; e implementação de programas complementares ao Programa Bolsa Família nas áreas de: a) alfabetização e educação de jovens e adultos; b) capacitação profissional; c) geração de trabalho e renda; d) acesso ao microcrédito produtivo orientado; e) desenvolvimento comunitário e territorial, dentre outras.

### 3.4. Análise do IGD

Conforme abordado anteriormente, o IGD é um índice de eficiência e qualidade da gestão do Programa Bolsa Família que combina informações sobre validade e atualização de cadastros e informações das condicionalidades Saúde e Educação.

Não há menção nos informes e publicações do MDS e Programa Bolsa Família sugestões de corte para a análise do IGD, apenas impõe-se que para o recebimento do recurso financeiro, os municípios devem possuir um mínimo de 0,4 no índice. Dessa forma, propõe-se neste estudo elencar um escala de qualidade com escores que permeiam de Ruim a Excelente, sendo eles de 0,40 a 1, todavia os resultados podem assumir valores inferiores a 0,40, entretanto, pelo fato do valor mínimo para receber os recursos ser este, optou por ser o escore mínimo na escala, para avaliar a situação do município na gestão do PBF (Figura 1).



Fonte: Construção dos autores.

Figura 1 – Análise e interpretação do IGD.

## 4. Resultados e Discussão

### 4.1. Fatores determinantes do IGD

Após uma Análise Exploratória dos Dados (AED) conforme proposto por Triola (2005) e Hair *et. al.* (2005), optou-se pela exclusão de municípios que possuíam altas populações como Belo Horizonte (2.412.937), Contagem (608.650), Uberlândia (608.369), Juiz de Fora (513.348), Betim (415.098) e Governador Valadares (260.396), por serem considerados *Outliers* (valores extremos), sendo a medida de tendência central, média, sensível a valores extremos. A manutenção destes *Outliers* no estudo elevam demasiadamente a média da população mineira mascarando a realidade existente de que cerca de 80% dos municípios de Minas Gerais possui população de até 20.000 habitantes e 97% até 100.000 habitantes (IBGE, 2007). Ressalta-se que esta também é uma realidade brasileira que cerca de 71% dos municípios do país possui população de até 20.000 habitantes (MDS/Senarc 2007).

A média de população do estudo é de 15.961,47, embora haja um alto desvio padrão (maior que a média), ela é representativa, já que em torno de 80% da amostra possui municípios de até 20.000 habitantes. Percebe-se que a diferença de magnitude entre os municípios que compõem a amostra reflete a realidade nacional.

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis empregadas no estudo

Variável	Mín.	Máx.	Méd.	Desv.Pad.	Ass.	Curt
População	871	148.075	15.961,47	22.968,19	3,27	11,92
Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R\$)	0	13.856,25	2.099,28	1.830,49	2,36	7,89
Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R\$)	290	18.475,00	2.988,11	2.579,41	2,48	7,93
Número de Famílias Beneficiadas do Bolsa Família	44	7.424	1.014,31	1.056,36	2,39	7,56
Número de Famílias Beneficiadas do Bolsa Escola	0	27	0,61	2,03	9,11	104,75
Número de Famílias Beneficiadas do Bolsa Alimentação	0	2	0,01	0,14	11,64	145,70
Número de Famílias Beneficiadas do Auxílio Gás	0	656	43,77	65,48	3,98	26,89
Número de Famílias Beneficiadas do Cartão Alimentação	0	115	3,97	13,07	5,06	30,49
Total Famílias Beneficiadas Pelos Programas	45	7.629	1.062,67	1.112,05	2,40	7,53
Recursos Relativos por Família Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R\$)	0	4,85	2,35	0,83	-0,03	1,35

Fonte: Resultados da pesquisa.

A análise dos dados demonstrou haver apenas um município que não recebeu recursos para apoio à gestão devido ao não alcance de pelo menos 0,4 no valor do IGD. O máximo de recursos foi de R\$ 13.856,25 e a média de R\$ 2.099,28 por município. Ressalta-se que 74% do teto de recursos para apoio à gestão estão sendo repassados já que a média do IGD no estado foi de 0,74 (Tabela 3). Em pesquisa realizada pelo MDS/Senarc (2007), verificou-se que os recursos repassados para os municípios do IGD são utilizados para melhorar a estrutura de gestão do Programa Bolsa Família. De modo geral, eles investem em aquisição de computadores, material de consumo, melhoria do local de atendimento dos beneficiários, aquisição de móveis, capacitação e contratação de recursos humanos. Acredita-se que o investimento realizado esteja minimizando as dificuldades<sup>2</sup> advindas da falta de estrutura adequada dos municípios para implementar as ações necessárias para a gestão descentralizada.



Dentre as famílias beneficiadas por programas sociais, cerca de 97% estão vinculadas ao Programa Bolsa Família e ainda há famílias beneficiadas pelos programas, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação, mas de acordo com o MDS a tendência é que haja a cada ano diminuição e a incorporação destes somente ao Programa Bolsa Família. A média encontrada no estudo das famílias beneficiadas por programas vinculados ao Programa Bolsa Família é em torno de 1.062 por município, o que representa 82% do verificado no estado.

A média de recursos por família transferidos no mês de outubro de 2007 para apoio à gestão em Minas Gerais foi de R\$ 2,35 e o desvio-padrão de R\$ 0,83. Mas houve municípios como Conceição das Pedras (Famílias Beneficiadas = 166) e Serra da Saudade (Famílias Beneficiadas = 45) que recebeu valores acima da média, R\$ 4,85 e R\$ 4,17, respectivamente. Ressalta-se que são pequenos municípios, pois de acordo com os critérios do IGD o valor é calculado em dobro para até 200 famílias em cada município, de forma a favorecer os pequenos municípios.

A exceção da variável “Recursos Relativos por Família Transferidos no Mês para Apoio à Gestão”, todas as outras variáveis do estudo apresentaram a assimetria positiva. O que demonstra, de acordo com Hair *et. al.* (2005), valores concentrados na extremidade inferior da tabela de distribuição, além da influência de outliers positivos.

Em todas as variáveis do estudo, o coeficiente de curtose é positivo, sendo, portanto a distribuição leptocúrtica (mais aguda e em forma de cume).

A Tabela 3 apresenta as variáveis empregadas no na formação do IGD, juntamente com suas estatísticas descritivas.

As variáveis “Índice de Validade de Cadastro” e “Índice de Atualização de cadastro”, (Indicador CadÚnico), apresentaram médias de 0,78 e 0,82, respectivamente, verificando municípios com até 0,23 e 0,31. Isso demonstra que está ocorrendo problemas em relação à qualidade das informações no cadastro, principalmente no quesito Validade. Ressalta-se que dados imprecisos ou desatualizados podem ocasionar erros de focalização e pagamentos indevidos, dificultando ou até mesmo impossibilitando o acompanhamento das condicionalidades e tornando mais complexas as atividades de gestão de benefícios. Mas há também municípios com esses índices em boa situação o que demonstra organização nos cadastros das famílias.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis empregadas na formação do Índice de Gestão Descentralizada – IGD.

Variável	Mín.	Máx.	Méd.	Des. Pad.	Ass.	Curt.
Índice de Validade dos Cadastros	0,23	1,00	0,78	0,17	-0,39	-0,56
Índice Atualização de Cadastro	0,31	0,99	0,82	0,13	-1,33	1,82
Índice de Condicionalidade de Educação	0,09	1,00	0,86	0,11	-2,14	8,65
Índice de Condicionalidade de Saúde	0,00	1,00	0,48	0,31	-0,02	-1,20
Índice de Gestão Descentralizada do Mês (IGD)	0,39	0,97	0,74	0,10	-0,12	-0,02

Fonte: Resultados da pesquisa.

A “Condicionalidade Saúde” apresenta a menor média (0,48) e o maior desvio-padrão (0,31), resultante da relativa dispersão dos dados em torno da média (dispersão grande, pois o desvio é maior que a metade da média), enfraquecendo assim as inferências de tendência central, fator que tem determinado para a diminuição do IGD e que representa baixa taxa de famílias com acompanhamento da agenda saúde e do estado nutricional dos filhos entre as famílias beneficiadas.

Esse fator pode indicar falhas no monitoramento dessa condicionalidade, o que sugere que o municípios não esta garantindo a oferta deste serviço, ou não esta ocorrendo integração

das ações do gestor do Programa Bolsa Família com a área da saúde do município, limitando dessa forma o cumprimento dos objetivos do programa, que é reduzir a vulnerabilidade social e melhorar a qualidade de vida da população atendida.

Conforme mencionado, 50% dos repasses do IGD são consequência do desempenho no acompanhamento das condicionalidades e um alto IGD – que significa mais recursos a serem utilizados na gestão do Programa Bolsa Família – é diretamente proporcional ao registro das informações de acompanhamento também na área de saúde (pré-natal, aleitamento materno, alimentação e vacinação) e educação (frequência escolar).

O índice mínimo nas condicionalidades de Educação e saúde é, 0,09 e 0,00, respectivamente, e o máximo é de 1 em ambos. Observa-se que a amplitude (diferença entre o maior valor e o menor valor) é grande, demonstrando que há municípios com boa gestão no quesito “condicionalidades” e também municípios com péssima gestão nesses quesitos.

De acordo com o MDS (2008), o objetivo das condicionalidades é ampliar o acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais básicos, em especial os relativos à saúde e à educação. O acompanhamento do cumprimento das condicionalidades é muito importante, porque permite a identificação das famílias que estão com problemas de acesso a esses serviços, não só informando se elas utilizam ou não esses serviços, mas também conhecendo e acompanhando as que não o fazem. Esses fatores demonstram que em Minas Gerais têm ocorrido lacunas nesses quesitos, seja com acesso ao serviço ou com o registro das informações, embora o “Índice de Condicionalidade de Educação” alcançou a melhor média dos componentes do IGD.

Um fator agravante é que embora a condicionalidade “saúde” tenha tido um desempenho ruim para o IGD, a despesa com saúde teve um crescimento no país pela exigência da emenda constitucional n.29/2000 que obriga os municípios e estados aplicarem, no mínimo, 15% de suas receitas próprias na saúde (LAVINAS, 2007). Essa questão exalta ainda mais as nuances existentes no sistema de saúde conjugadas as atividades do Programa Bolsa Família em Minas Gerais, já que a oferta de serviços públicos de qualidade e informações precisas é um objetivo para a superação das desigualdades e ampliação de oportunidades.

Estudos de Lavinias (2007) e Pochmann (2007), demonstram que a despesa com educação, voltada sobremaneira para o ensino fundamental, pré-escola, creche, alfabetização, de importância estratégica para os programas de transferência de renda condicionada a frequência escolar, diminuiu nos municípios. Em contrapartida no ano de 2006 houve aumento de 0,9% do número total de estudantes em relação ao ano de 2005, principalmente no grupo de 7 a 14 anos de idade onde a presença na escola foi maior (PNAD, 2007), ressalta-se que é nesta faixa de idade que há focalização das principais políticas de transferência de renda.

Isto evidencia que o Estado está exercendo seu papel parcialmente, pois incentiva a participação escolar por meio dos programas sociais condicionadas a educação, mas não proporciona incentivos e outros mecanismos de inclusão, como melhoria na infra-estrutura das escolas ou qualidade do docente.

A assimetria das variáveis que compõe o IGD é negativa, ressaltando que, embora haja maior concentração das variáveis à direita, existe influência de *outliers* de menor valor.

Os valores negativos encontrados para a curtose nas variáveis: Índice de Validade dos Cadastros, Índice de Condicionalidade de Saúde e Índice de Gestão Descentralizada do Mês (IGD), significam que a distribuição é platicúrtica (plana). Desse modo os valores estão relativamente dispersos em torno da média. E as demais, Índice Atualização de Cadastro e Índice de Condicionalidade de Educação, possuem distribuição leptocúrtica (mais aguda e em forma de cume), demonstrando forte concentração em torno da média.

Essas diferenças abrem espaço uma discussão importante, qual seja, a média por si só representa um aspecto muito simplista. Como exemplo toma-se a medida do Índice de Condicionalidade de Saúde que tem média de 0,48, mas ao mesmo tempo tem assimetria a esquerda (municípios de baixíssimo escore) e distribuição achatada, representado alta heterogeneidade.

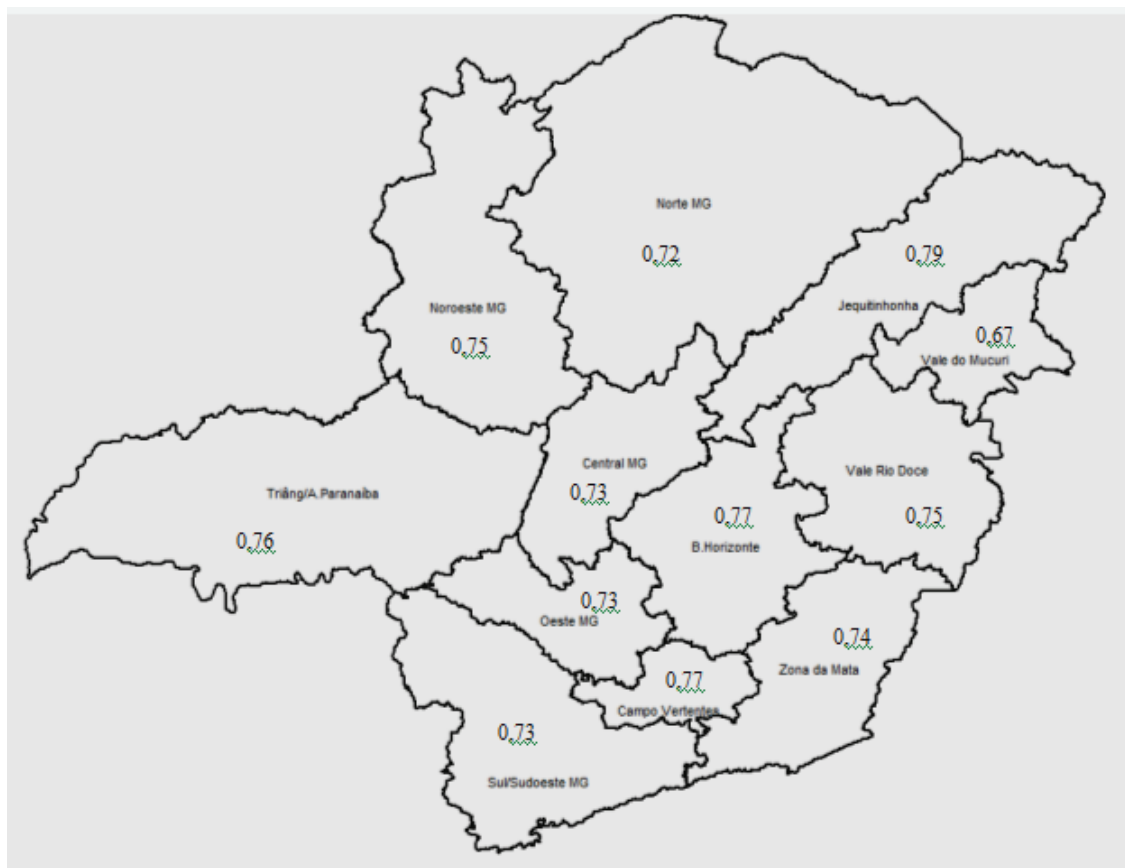
Nesse sentido, houve município que não atingiu o escore mínimo para receber recursos do IGD (0,40) estando em péssima situação na gestão e também municípios com escores de “bom” a “excelente”, superiores a 0,81, na qualidade da gestão do Programa Bolsa Família, totalizando 25,4% da amostra. A média (0,74) está contida entre os escores de “fraco” e “bom”, sendo esta também realidade de 68,9% dos municípios estudados (Tabela 4).

Tabela 4 – Frequência de municípios por escore de IGD.

Escores de IGD	Frequência	Percentual (%)
Até 0,40	1	0,3
0,41 a 0,60	16	5,4
0,61 a 0,80	204	68,9
0,81 a 1,00	75	25,4
Total	296	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa.

Vale elencar ainda que uma análise da média de IGD por mesorregiões (Figura 2) apresentou diferença significativa entre as regiões. Estudos como o de Soria Galvarro (2007) e Souza (2007), contextualizam a disparidades e necessidade de políticas públicas em Minas Gerais, pois este estado é caracterizado por sérias desigualdades econômicas e sociais entre suas regiões e municípios, com áreas demarcadas por altas taxas de analfabetismo, concentração econômica da renda e da pobreza e baixo desempenho tributário local.



Fonte: Construção dos autores.

Figura 2 – IGD por mesorregião administrativa

Por estes fatores optou-se por analisar além da média, também o desvio-padrão e o coeficiente de variação (CV) para estas regiões, no intuito de verificar o efeito da variação ou dispersão dos dados em relação à média e dos municípios das respectivas regiões.

Nenhuma mesorregião alcançou escore acima de 0,80 considerado de “bom” a “excelente”. Considerando que Jequitinhonha é citada como a região mais pobre de Minas Gerais pelos seus baixos indicadores sociais e por possuir características similares às da região Nordeste do Brasil, esta região surpreendeu neste estudo, pois apresentou bons resultados de IGD com média de IGD (0,78), desvio-padrão (0,09) e CV (11,31%), comparado com regiões consideradas mais desenvolvidas como Metropolitana de Belo Horizonte com média (0,77), desvio-padrão (0,09) e CV (12,33%) e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com média (0,76), desvio-padrão (0,08) e CV (11,14%). Dessa forma embora Jequitinhonha seja uma região com menor desenvolvimento econômico, apresentou bom desempenho no IGD de Minas Gerais. O Vale do Mucuri apresentou o menor valor IGD (0,66), sendo esta região vizinha geograficamente de Jequitinhonha.

Tabela 5 – Estatística descritiva do IGD segundo as mesorregiões.

Mesorregiões	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de Variação (%)
Campo das Vertentes	0,7727	0,1044	13,51
Central Mineira	0,7264	0,0587	8,08
Jequitinhonha	0,7860	0,0889	11,31

Metropolitana de Belo Horizonte	0,7727	0,0953	12,33
Noroeste de Minas	0,7529	0,1171	15,56
Norte de Minas	0,7151	0,1030	14,40
Oeste de Minas	0,7280	0,0946	12,99
Sul e Sudoeste de Minas	0,7283	0,1035	14,21
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	0,7591	0,0846	11,14
Vale do Mucuri	0,6656	0,0971	14,59
Vale do Rio Doce	0,7452	0,0778	10,44
Zona da Mata	0,7407	0,0999	13,48

Fonte: Resultados da pesquisa.

As regiões do Noroeste de Minas (15,56%), Vale do Mucuri (14,59%), Norte de Minas (14,40%) e Sul e Sudoeste de Minas (14,21%) apresentaram municípios com maior CV, indicando uma variação maior do IGD no interior das mesorregiões, coexistem municípios com valores no IGD bons e ruins. A mesorregião Central Mineira apresentou a menor variação de IGD, entre os municípios, com o CV de 8%, mesmo diante de um IGD abaixo da média amostral.

Foram realizados testes de correlação, para analisar se outros fatores, além daqueles que compõem o IGD, influenciam as variações deste.

#### 4.2. Associação entre as variáveis do estudo

O cálculo do coeficiente de correlação demonstrou que existe associação entre o IGD e as seguintes variáveis: população, total de famílias beneficiadas e teto de recursos para apoio à gestão. Todavia, conforme pode ser observado na tabela 4, o sinal negativo da correlação significa associação linear inversa, entre o par de variáveis. Desse modo, os dados demonstram existência de correlação negativa entre o IGD e as variáveis, sendo as medidas significativas a 5% e 1% de probabilidade pelo teste “T”.

Tabela 5 – Associação entre IGD e variáveis utilizadas no estudo em Minas Gerais.

<i>Variáveis</i>	<i>Coef. de Correlação</i>	<i>Significância</i>
População	- 0,144	0,013*
Total de Famílias Beneficiadas pelos programas	- 0,138	0,017*
Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R\$)	- 0,158	0,006**

Nota: \*Significativo a 5%

\*\*Significativo a 1%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os resultados indicam que quanto maior a população, menor o valor do IGD, daí surge a seguinte questão: Municípios maiores tem maior dificuldade em gerir programas de transferência de renda e combate a pobreza? Este estudo parece indicar que a resposta é sim. Quanto maior os municípios, menores IGD possuem, demonstrando fragilidades desses em gerir o Programa Bolsa Família, talvez pelas dificuldades na focalização da política pública e o acompanhamento das famílias, pois o gestor/secretário normalmente é um, indiferentemente do tamanho do município. Dessa forma a dificuldade de gestão abre espaço para vicissitudes presentes na gestão de programas de políticas públicas (um exemplo é a fraude), entretanto, esse não é o escopo do trabalho.

Vale ressaltar ainda que o mesmo acontece com o total de famílias beneficiadas por programas e o teto de apoio à gestão dos recursos. O que permite inferir que o aumento de



famílias beneficiadas e o conseqüente aumento do teto de recursos parecem diminuir a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família.

Estes fatores demonstram que quanto maior os beneficiários há maiores responsabilidades, aumentando assim as tarefas dos municípios em várias áreas, o que dificulta a coordenação e a articulação ou mesmo integração entre as secretarias de assistência social, educação e saúde, no acompanhamento dos beneficiários do Programa e verificação das condicionalidades, debilitando assim gestão e a operacionalização do programa.

Assim, quanto mais complexa uma organização, mais difícil atingir a coordenação e o controle da gestão. Principalmente pelo fato de que as políticas públicas são implementadas fundamentalmente através de redes de agentes públicos e de um campo interorganizacional (SILVA e MELO, 2000).

Nessa perspectiva, o tamanho dos municípios, a quantidade de beneficiários afeta na gestão de políticas públicas, bem como a eficiência e qualidade desta.

Portanto, acredita-se além dos componentes do IGD serem importantes para a gestão do Programa Bolsa Família, o aumento da população e das famílias beneficiárias também influência na da gestão do programa, na variação do índice e de forma negativa.

## 5. Considerações finais

A efetividade dos programas de transferência de renda está diretamente relacionada às suas condicionalidades. Dessa forma a integração das ações do Gestor do Programa Bolsa Família com as áreas de saúde e de educação no município, garante o cumprimento dos objetivos do programa.

Este estudo demonstrou algumas questões existentes na gestão do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. Por um lado a descentralização do sistema de gestão dos benefícios permitiu aos gestores municipais desenvolverem, de forma mais autônoma, racional e efetiva, as atividades de gestão do Programa Bolsa Família e dos programas remanescentes, por outro realçou as lacunas existentes no CadÚnico e nas Condicionalidades, principalmente referente a gestão da condicionalidade “saúde” e na interação destes com as outras secretarias comprometendo a eficiência e qualidade dessas políticas.

O IGD é uma forma de estimular a melhoria na qualidade e eficiência da gestão do Programa Bolsa Família. Dessa forma o município que atingir, satisfatoriamente, as condicionalidades recebe maior apoio financeiro do MDS. Embora este apoio seja interessante financeiramente e importante para os objetivos do programa, visualizou-se que em Minas Gerais existe um número expressivo de municípios que não respondem satisfatoriamente as exigências de desempenho no IGD, comprometendo assim a eficiência e qualidade da gestão.

Embora observou-se um conjunto de municípios com escores de “bom” a “excelente” no IGD, nenhuma mesorregião de Minas Gerais, na média, alcançou esse escore. Fato este que sumariza a elevada discrepância intra-regional e reforça a concentração em níveis menores de eficiência. Entre as regiões estudadas, a mesorregião de Jequitinhonha destacou-se pelo alcance de bons resultados.

Outros fatores a serem considerados como o aumento da população e das famílias beneficiadas também influenciaram a gestão do programa.

Portanto, é possível concluir pela necessidade, por parte do gestor público, de redirecionar os mecanismos de controle, aprimorar as formas de monitoramento das condicionalidades de saúde e de educação. Uma das alternativas vislumbradas seria a articulação com as outras secretarias envolvidas no programa e aperfeiçoamento do desenho normativo, para que o objetivo do Programa Bolsa Família que é de reduzir a pobreza entre

gerações e apoiar as famílias no cumprimento de seus direitos fundamentais, seja realizada de fato.

## 6. Referências Bibliográficas

ARNS, Caroline. **Posicionamento estratégico do estado na política de assistência social**. 2004. 194f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOLSA FAMÍLIA INFORMA – NÚMERO 38. **Governo Federal regulamenta apoio financeiro aos municípios para gestão do Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia\\_edicao38.htm](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia_edicao38.htm)> Acesso em: 03 jan. 2008a.

BOLSA FAMÍLIA INFORMA – NÚMERO 4. **O papel do gestor municipal do Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia\\_edicao04.htm](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia_edicao04.htm)> Acesso em: 03 jan. 2008b.

BOLSA FAMÍLIA INFORMA – NÚMERO 7. **Gestão de benefícios do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia\\_edicao07.htm](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia_edicao07.htm)>. Acesso em: 03 jan. 2008c.

BOLSA FAMÍLIA INFORMA – NÚMERO 22. **Regulamentada a gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia\\_edicao22.htm](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia_edicao22.htm)> Acesso em: 03 jan. 2008d.

BOLSA FAMÍLIA INFORMA – NÚMERO 41. **Entenda melhor o IGD e a transferência de recursos aos municípios para apoio à gestão**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia\\_edicao41.htm](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores/paginas/informebolsafamilia_edicao41.htm)> Acesso em: 03 jan. 2008e.

CASTANHAR, José César. **O que é Política Pública**. Texto Base para aulas - Mestrado em Administração Pública, EBAPE/FGV, Rio de Janeiro, S.D., mimeo.

CASTIONI, R. **Avaliação de políticas públicas: modelos e usos de avaliação de impacto em programas de formação profissional**. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 1999, São Paulo, 1999.

CHIECHELSKI, P. C. S. Avaliação de programas sociais: abordagem quantitativa e suas limitações. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Ano IV, n. 4, p. 1-12, dez. 2005.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas: Teoria e Prática o Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 471p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidade@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 20 Dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estados@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadossat/default.php>> Acesso em: 20 dez. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA – MDS/Senarc. **Análise da Pesquisa sobre Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/manuais-e-publicacoes-1](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1)> Acesso em: 27 dez. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME — MDS. **O Índice de Gestão Descentralizada: Mobilização dos Gestores Municipais do Estado de**

- Santa Catarina.** Disponível em: <[http://sst.sc.gov.br/dias/bolsa\\_familia/mobil.gestores.cons.Bc/Apresentacao\\_Gestao\\_Compartilhada\\_SC\\_2006-06-01.ppt](http://sst.sc.gov.br/dias/bolsa_familia/mobil.gestores.cons.Bc/Apresentacao_Gestao_Compartilhada_SC_2006-06-01.ppt)> Acesso em: 03 jan. 2008a.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME — MDS. **Programas do MDS chegam a 6,9 milhões de pessoas em Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/paginas/minas-gerais>> Acesso em: 11 jan. 2008b.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG. **Gestão pública para um Brasil de todos: um plano de gestão para o Governo Lula/Secretaria de Gestão.** – Brasília: MP, SEGES, 2003.
- MONTEIRO, T. M. **A avaliação dos impactos sociais dos programas de governo.** In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.
- POCHMANN, M. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p. 1477 – 1489, 2007.
- LAVINAS, L. **Transferência de Renda: o quase tudo do sistema de proteção social brasileiro.** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A157.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2007.
- ORTIZ, L. **Descentralização e a municipalização da saúde.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp06.htm>> Acesso em: 20 dez. 2007.
- PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2006/IBGE.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>> Acesso em: 28 nov. 2007.
- SANTOS, Sandra Maria Chaves; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 1 – Abordagem metodológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(5):1029-1040, mai, 2007.
- SILVA, P. L. B; MELO, M. A. B. O processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. **NEPP-UNICAMP.** Caderno n 48. Outubro de 2000.
- SORIA GALVARRO, M. D. P. S. Q. **Descentralização da saúde: análise das disparidades regionais em Minas Gerais.** 98f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2007.
- SOUSA, R. P. Avaliação e gestão de políticas públicas: notícias de uma relação muito delicada. **XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez, p.20-45, 2006.
- SOUZA, Charles Okama de. **Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.** 105f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2007.
- TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística.** Rio de Janeiro: Editora LTC, 2005. 656p.

<sup>1</sup> O Decreto n° 6.135/07, define o CadÚnico como uma base de dados nacional que identifica as características sociais e econômicas das famílias brasileiras mais pobres. Ele deve ser obrigatoriamente utilizado para selecionar beneficiários e para integrar os programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (MDS, 2008).

<sup>2</sup> As principais dificuldades elencadas para a gestão do PBF dos municípios brasileiros de acordo com a pesquisa do MDS/Senarc (2007) foram: Insuficiência de recursos humanos, dificuldade para operação dos sistemas computacionais, espaço físico insuficiente, equipe técnica com baixa qualificação, dentre outras. Para saber mais sobre a pesquisa Análise da Pesquisa sobre Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família, ver [http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_superior/manuais-e-publicacoes-1](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1).